

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº....., de 2019
(Do Sr. Deputado Federal Waldenor Pereira - PT/BA e outros)

Requer a realização de audiência pública para discutir o impacto na educação da PEC emergencial e a PEC Mais Brasil do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir urgentemente a PEC emergencial e a PEC Mais Brasil entregue neste Congresso na data de hoje, bem como a proposta orçamentária para Educação em 2020, com os seguintes convidados.

1. Representante Ministério da Educação
2. Representante Ministério da Economia
3. ANDIFES
4. CNTE
5. Professor Nelson Cardoso Amaral — Programa de Pós-Graduação em educação da UFGO

JUSTIFICAÇÃO

Demonstra descaso com a Educação a proposta apresentada, deixando claro que o desmonte da educação neste governo é um dos seus objetivos.

Está definido hoje na Constituição no Art. 212 que os Estados e Municípios devem destinar 25% da receita à Educação. E a União caberá 18%.

A proposta desvincula a obrigatoriedade prevista na Constituição, com o percentual unificado para saúde e educação, deixando livre aos governadores e prefeitos a definição da proporção em cada área retirando, portanto, o piso.

Os recursos destinados à educação ficarão a cargo do governante do momento. Deixando nas mãos das intempéries políticas o futuro da educação do Estado ou Município. Esta é uma tragédia anunciada. Sabe-se que a educação precisa de investimentos permanentes, que garantam o acesso e a qualidade. O sistema educacional não pode ficar contando com a vontade do governante no valor que será destinado. Esta proposta promove o sucateamento de educação pública pois todos sabemos que a educação é um processo de longo prazo.

A partir desta constatação de apenas um dos pontos apresentados, mas um dos mais graves, que peço aos nobres pares a aprovação deste requerimento para realização de audiência pública.

O orçamento de 2020 para educação já sofre pela implementação da EC 95 do teto dos gastos. Com mais esta medida a educação pública está fadada ao sucateamento e relegada a sua importância.

Sala das Comissões, de novembro de 2019.

Deputado WALDENOR
PEREIRA
(PT-BA)

Deputada NATÁLIA
BONAVIDES
(PT-RN)

Deputada PROFESSORA

Deputada MARIA DO

ROSA NEIDE
(PT-MT)

ROSÁRIO
(PT-RS)

Deputado ALENCAR
SANTANA BRAGA
(PT-SP)

Deputada MARGARIDA
SALOMÃO
(PT-MG)

Deputado PATRUS ANANIAS
(PT-MG)

Deputado ZECA DIRCEU
(PT-PR)

Deputada REJANE DIAS
(PT-PI)

Deputado JOSÉ RICARDO
(PT-AM)

Deputado José Guimarães
(PT/CE)

Deputado MARILIA ARRAES
(PT-PE)

Deputado PEDRO UCZAI
(PT-SC)

Deputado REGINALDO
LOPES
(PT-MG)